



(48)32224668



sintrajusc



SintrajuscSindicato



Sintrajusc

Florianópolis (SC) - 27 de abril de 2026- nº 1519

Pleno do TRT aprecia hoje Sistema de Equalização de Cargas de Trabalho de 1º grau

O Sintrajusc está mobilizando os servidores para a sessão do Pleno do TRT-SC, nesta segunda-feira (27), a partir das 14h15, que tem na pauta a aprovação da minuta de resolução administrativa que institui o sistema de equalização de cargas de trabalho no âmbito do Tribunal.

A coordenadora do Sintrajusc Maria José Olegário participou dia 15 de reunião com a presidência do Tribunal para a apresentação do sistema e questionou sobre a previsibilidade de abrir prazo para sugestões, mas foi dito que não há possibilidade de mudanças.

O projeto havia sido suspenso temporariamente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ano passado, após a instauração de um Procedimento de Controle Administrativo (PCA) proposto pela OAB/SC. Em seguida à liminar do CNJ, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho foi intimada a se manifestar e acabou recomendando uma série de ajustes na resolução, revogada por unanimidade no Pleno.

Em síntese, o sistema estabelece

varas cedentes e varas destinatárias de processos. As unidades cedentes que ultrapassarem + 15% da média de processos passarão a enviá-los para as unidades destinatárias que estiverem abaixo da média.

Maria José apresentou as preocupações do Sindicato, observando que a realidade não pode ser medida por fórmulas e cálculos no papel. As principais são as lotações e a sobrecarga de trabalho. Ela questionou sobre como o Tribunal irá lidar, por exemplo, com licenças em geral, que impactam a lotação das varas. A administração respondeu que irá analisar caso a caso e haverá um comitê de acompanhamento do sistema, ao qual o Sintrajusc irá requerer ingresso.

Mais orçamento

Nas reuniões com as administrações em Santa Catarina e em Brasília, o Sindicato tem reforçado a luta por orçamento e mais servidores, combatendo a prática de puxar cada vez mais o cobertor já curto com ideias como o sistema de equalização e

assim gerar novos problemas nas unidades.

Ainda em março de 2009, o Sintrajusc defendeu a criação de 334 cargos no Tribunal. O estudo feito na época já apontava que a carga processual criava uma demanda superior em relação ao número de servidores.

Segundo o estudo, a manutenção do elevado resíduo, mesmo com o crescimento do número de processos julgados, demonstrava que os esforços de magistrados e de servidores não eram suficientes para reduzir a carga processual. A média de aumento entre autuados e julgados foi de 34,98% no período, enquanto o aumento no número de servidores foi de apenas 10,53%, uma diferença de 21,98%.

Passadas quase duas décadas, a situação traz realidades que pioram as condições de trabalho e de saúde. O Sintrajusc está analisando o processo do sistema de equalização como um todo para avaliar os desdobramentos e seguir firme na defesa da categoria.

TRT testa sistema de monitoramento de desempenho a acende alerta sobre controle no teletrabalho

O TRT-SC iniciou a testagem de um sistema de monitoramento de desempenho no teletrabalho que acende um alerta importante: até que ponto a busca por produtividade pode se transformar em controle excessivo sobre servidores e servidoras?

O tema vem sendo acompanhado de perto pelo Sintrajusc, que participou de reunião do Subcomitê do Teletrabalho no dia 27 de março. Na ocasião, o coordenador do Sindicato, Adailton Pires Costa, propôs a realização de uma Audiência Pública para ampliar o debate sobre a iniciativa.

O sistema, desenvolvido pelo TRT-14 a partir de levantamento sobre ferramentas utilizadas em outros regionais, pretende padronizar o controle da produtividade no teletrabalho, estabelecendo comparações com o trabalho presencial. Entre os instrumentos monitorados estão sistemas institucionais como PJe, PROAD e SIGEP, além de ferramentas como Google Meet, e-mail corporativo, Google Drive e chats internos.

A implantação teve início em 6 de outubro de 2025, em caráter piloto, abrangendo unidades como a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), a SETIC, a 6ª Vara do Trabalho de Florianópolis e um gabinete vago. A proposta agora é expandir o modelo, inicialmente de forma experimental por três meses, antes de sua possível adoção em

todo o Tribunal. Também está prevista a criação de um grupo de trabalho para aperfeiçoamento do sistema e definição de critérios de pontuação das atividades monitoradas.

Para o Sintrajusc, no entanto, a questão central não é tecnológica — é de modelo de gestão.

Há hoje setores em que o teletrabalho funciona bem, com formas próprias de acompanhamento de metas e resultados. A imposição de um sistema padronizado, de cima para baixo, desconsiderando essas realidades, pode representar um retrocesso. Mais do que isso, há o risco concreto de se instaurar um modelo de vigilância permanente, com impactos diretos na autonomia, na organização do trabalho e na saúde dos servidores.

“Big brother” corporativo

Na prática, um sistema dessa natureza pode se aproximar de um “big brother” corporativo, ampliando a pressão por desempenho e contribuindo para o aumento da carga de trabalho — que já é elevada em razão do déficit de pessoal. O problema, portanto, não é apenas medir produtividade, mas como, para quê e com quais consequências isso será feito.

O Sindicato alerta que qualquer



mudança nesse campo precisa considerar as especificidades das unidades, respeitar as experiências já consolidadas e, sobretudo, evitar a intensificação de práticas que possam levar ao assédio ou à sobrecarga.

Diante desse cenário, o Sintrajusc defende a ampliação do debate com a categoria e reforça a importância de uma discussão transparente sobre os rumos da gestão do trabalho no Tribunal. A questão que se coloca é clara: o futuro do teletrabalho será pautado pela confiança e pelos resultados ou por mecanismos cada vez mais rígidos de controle?

